



BOLETIM

# Crédito

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Luciano Nakabashi

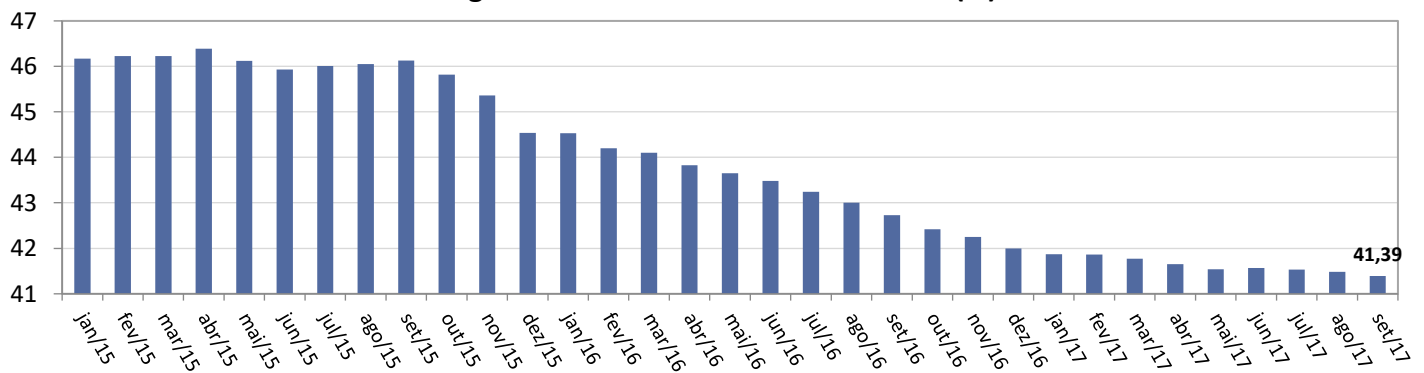
Gilberto Boaretto e Marcelo Lourenço Filho

Os dados de crédito do país, divulgados pelo Banco Central do Brasil (BCB), são analisados neste boletim. Como exibido na Figura 1, o endividamento das famílias em relação à sua renda acumulada dos últimos doze meses foi de 41,39%, em Set./2017, o

que representa uma ligeira diminuição de 0,09 p.p. em relação ao mês anterior.

Apesar da tendência de queda que se manifesta desde Set./2015, o nível de endividamento tem se estabilizado no patamar de 41,5%.

**Figura 1 – Endividamento das famílias (%)**



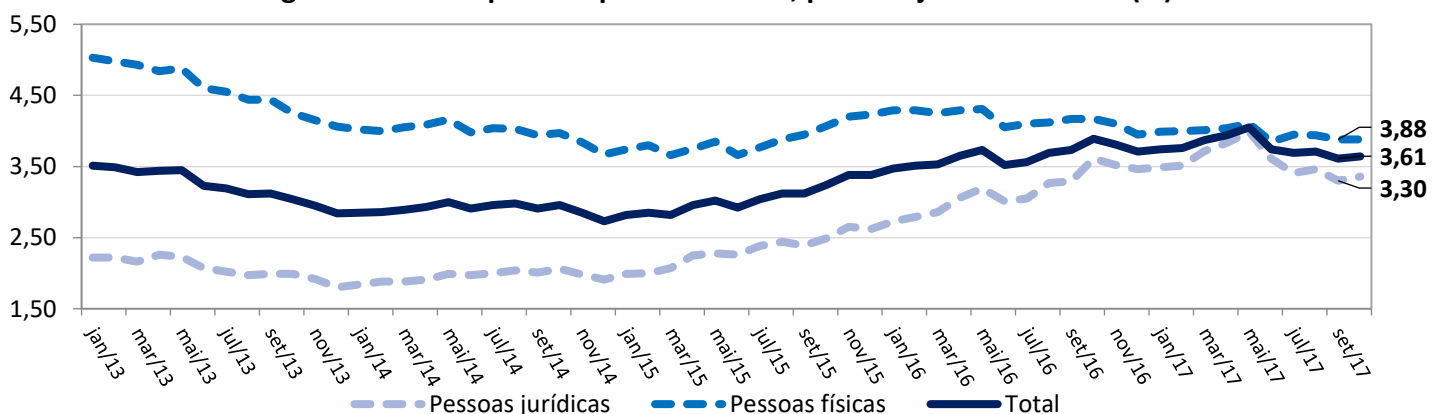
Fonte: BCB. Período: Jan./2015 a Set./2017.

A Figura 2 apresenta a evolução da taxa inadimplência que é definida pelo percentual de empréstimos com mais de 90 dias de atraso, no período compreendido entre Jan./2015 e Out./2017. As taxas de inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, assim como a inadimplência total, mantiveram-se consideravelmente estáveis desde Jul./2017.

Antes deste período, elas apresentaram queda, com destaque para a diminuição da inadimplência de pessoas jurídicas que saiu de 3,99%, em Maio/2017, para os atuais 3,36%.

A inadimplência deve continuar caindo lentamente ao longo de 2018 à medida que a renda do brasileiro e o emprego no país melhorarem.

**Figura 2 – Inadimplência: pessoas físicas, pessoas jurídicas e total (%)**



Fonte: BCB. Período: Jan./2015 a Out./2017.



BOLETIM

# Crédito

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Luciano Nakabashi

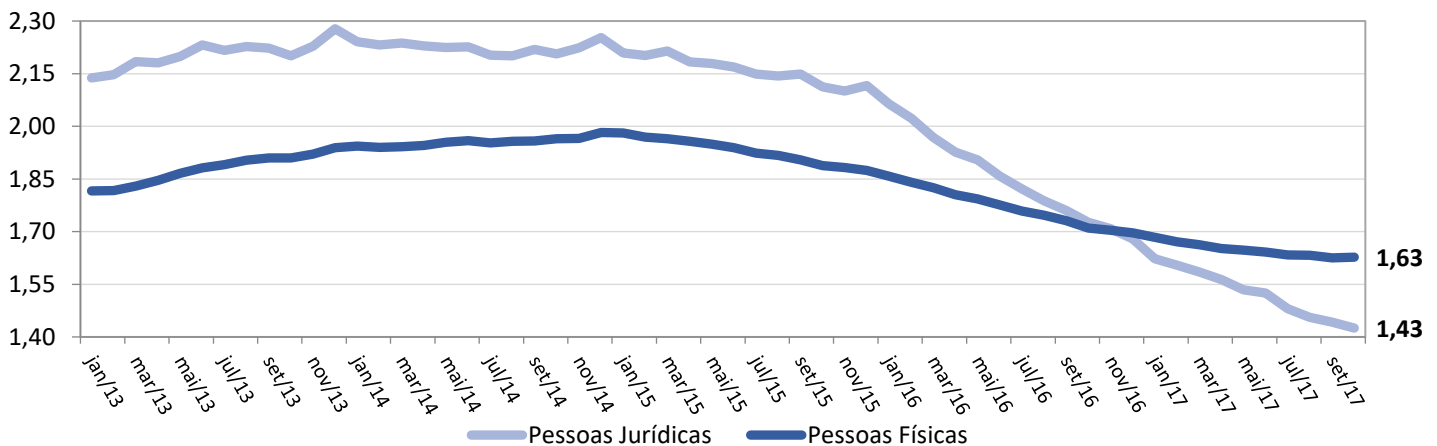
Gilberto Boaretto e Marcelo Lourenço Filho

Em Out./2017, o saldo total da carteira de crédito sofreu uma queda discreta de 0,5% em relação ao mês anterior, fechando o período em 3,05 trilhões de reais. A queda decorreu, sobretudo, por um movimento negativo da carteira de pessoas jurídicas, cujo saldo foi de 1,44 trilhão de reais, em Set./2017, para 1,425 trilhão de reais, em

Out./2017. O saldo da carteira de pessoas físicas manteve-se em 1,63 trilhões de reais.

Os saldos de ambas as carteiras, que registram trajetória descendente deste Dez./2014, refletem a grave crise que o país atravessou entre o final de 2014 e início de 2017.

**Figura 3 – Saldo da carteira de crédito: pessoas físicas e pessoas jurídicas (tri R\$ de Out./2017)**



Fonte: BCB. Período: Jan./2013 a Out./2017. Dados ajustados pelo CDI.

A Tabela 1 apresenta o desempenho das operações de crédito (total e algumas modalidades) em Ago./2017, para regiões selecionadas. Das cinco modalidades de crédito observadas, três (total de operações de crédito, títulos descontados e financiamentos em geral) tiveram variação negativa em relação a Ago./2016 em todas as regiões analisadas. Financiamentos imobiliários não entrou nesta lista devido a estabilidade registrada em Araraquara (estabilidade).

A modalidade que sofreu as maiores quedas foi a de financiamentos em geral, que compreendem operações realizadas com destinação específica. Destacam-se as expressivas variações nos

municípios Sertãozinho (-41,4%) e Franca (-39,0%). Nos mesmos municípios também houve queda expressiva na modalidade de empréstimos e títulos descontados, isto é, operações realizadas sem destinação específica como, por exemplo, para o capital de giro de empresas.

Os créditos para o agronegócio foi a única categoria que apresentou variação positiva, porém somente em dois municípios: Sertãozinho (19,3%) e Campinas (3,5%). Não obstante a aparente retomada do crédito ao agronegócio nestes municípios, destacamos que os demais sofreram quedas expressivas, como São José do Rio Preto (-17,3%) e Araraquara (-13,4%).



BOLETIM

# Crédito

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Luciano Nakabashi

Gilberto Boaretto e Marcelo Lourenço Filho

**Tabela 1 – Estoque Total e Taxa de Crescimento das Operações de Crédito, em Ago./2017 (milhões R\$)**

Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior (Ago./2016)

Região/local	Operações de Crédito		Empréstimos e Títulos Descontados		Financiamentos em geral		Financiamentos Imobiliários		Agronegócios	
Brasil	2.888.054	-12,2%	842.694	-13,3%	356.583	-19,3%	710.052	-6,1%	271.075	-11,7%
Estado de São Paulo	1.553.081	-11,6%	461.261	-10,4%	231.025	-16,5%	286.589	-6,4%	72.762	-11,6%
Região Metropolitana de São Paulo	1.346.746	-12,0%	395.407	-8,6%	220.490	-15,6%	213.045	-8,3%	42.497	-12,8%
Interior de São Paulo	206.334	-8,6%	65.854	-19,8%	10.535	-32,7%	73.544	-0,7%	30.265	-10,0%
Região Administrativa de Ribeirão Preto	21.965	-12,8%	5.584	-21,3%	2.043	-24,6%	5.854	-0,4%	7.341	-11,1%
Ribeirão Preto	17.115	-13,1%	4.215	-21,2%	1.885	-22,4%	4.369	-0,2%	5.874	-12,0%
Campinas	15.902	-17,2%	6.796	-23,1%	1.453	-35,1%	4.747	-2,7%	1.467	3,5%
São José do Rio Preto	6.593	-11,5%	2.206	-21,3%	354	-25,0%	3.125	-0,2%	589	-17,3%
Franca	3.322	-14,8%	938	-25,5%	184	-39,0%	1.645	-3,2%	444	-14,7%
Sertãozinho	1.374	-3,2%	299	-27,5%	38	-41,4%	448	-0,1%	531	19,3%
Araraquara	2.373	-8,4%	846	-16,5%	82	-35,2%	972	0,0%	214	-13,4%

Fonte: BCB.

## Visão Geral

De um modo geral, o que se observou em Out./2017 no mercado brasileiro de crédito foi uma ligeira diminuição do endividamento das famílias e uma redução do saldo da carteira de crédito para as pessoas jurídicas, com manutenção do saldo para as pessoas físicas.

As operações de crédito, como um todo, foram inferiores àquelas registradas no mesmo período do ano anterior. Em níveis nacional e estadual foram observadas variações negativas em todas as modalidades de crédito. Esta trajetória reflete, sobretudo, a grave crise econômica que o país atravessou, sendo que o ambiente de incertezas ainda tem afetado a disposição do sistema financeiro na concessão de novos empréstimos.

Alguns indicadores apontam melhorias no mercado de crédito, em especial a redução da

inadimplência de pessoas físicas e pessoas jurídicas. O saldo das operações de crédito para as famílias também está se estabilizando. A tendência é que as operações de crédito comecem uma lenta recuperação em 2018, inclusive para as empresas, visto a importante trajetória de queda das taxas de juros que ocorreu ao longo de 2017.

Destaca-se ainda que, para que a atividade econômica seja retomada de uma forma sustentável, é preciso gerar uma confiança de que o país seguirá adiante em seu processo de ajuste das contas públicas, além da manutenção da agenda de reformas que melhorem a eficiência econômica e estabilidade das regras. Caso contrário, o país corre o risco de entrar em novo processo de estagnação a partir de 2019 ou 2020.